

CPT120 - FATORES QUE INFLUENCIAM A EFICIÊNCIA DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Autoria

Gustavo Pereira Lanis

FUNDAÇÃO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISAS EM CONTABILIDADE, ECONOMIA E FINANÇAS

Newton Paulo Bueno

FUNDAÇÃO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISAS EM CONTABILIDADE, ECONOMIA E FINANÇAS

Resumo

O trabalho tem o objetivo de identificar os fatores políticos, econômicos e sociais que afetam a qualidade da gestão orçamentária dos municípios do estado de Rondônia. A metodologia empregada foi quantitativa, descritiva e longitudinal utilizando dados secundários. Os resultados obtidos sugerem que os fatores, desenvolvimento humano municipal, população, inflação e a qualidade da gestão fiscal influenciam a qualidade da gestão orçamentária. Especificamente, esses resultados indicam que municípios que possuem melhores indicadores sociais como, IDHM elevado, e menores populações tendem a possuir orçamentos mais equilibrados. Além disso municípios mais desenvolvidos economicamente tendem a ter melhor gestão do orçamento público, pois os resultados apontam que municípios que possuem melhores Índices Firjan de Gestão Fiscal, apresentam melhor eficiência na gestão da receita e despesa pública.

FATORES QUE INFLUENCIAM A EFICIÊNCIA DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA ANUAL

RESUMO

O trabalho tem o objetivo de identificar os fatores políticos, econômicos e sociais que afetam a qualidade da gestão orçamentária dos municípios do estado de Rondônia. A metodologia empregada foi quantitativa, descritiva e longitudinal utilizando dados secundários. Os resultados obtidos sugerem que os fatores, desenvolvimento humano municipal, população, inflação e a qualidade da gestão fiscal influenciam a qualidade da gestão orçamentária. Especificamente, esses resultados indicam que municípios que possuem melhores indicadores sociais como, IDHM elevado, e menores populações tendem a possuir orçamentos mais equilibrados. Além disso municípios mais desenvolvidos economicamente tendem a ter melhor gestão do orçamento público, pois os resultados apontam que municípios que possuem melhores Índices Firjan de Gestão Fiscal, apresentam melhor eficiência na gestão da receita e despesa pública.

Palavras-chave: Orçamento Público; Gestão Pública; Indicadores de eficiência da gestão pública.

1 INTRODUÇÃO

Pesquisas foram realizadas com o intuito de avaliar os fatores que afetam a ineficiência do Setor Público (Bartel & Schneider, 1991; Ruggiero, 1996; Kumar & Gulati, 2008; Adam, Delis & Kammass, 2014). Estudos como Tuckman (1985) e Sellers (2003) sugerem que as tendências dos legisladores em aumentar as restrições sobre os serviços públicos ampliam a ineficiência do setor. Outros estudos como Abrucio (2007); Diamond (2003); Bartel e Schineider (1991) revelam que a ausência de mecanismos de monitoramento e leis efetivas de punição às gestões ineficientes também contribuíram para o aumento da ineficiência do setor público.

É o que se tem, por exemplo, no que se refere ao orçamento público. Estudos como Vecchia e Montoya (2002) e Kessler (2004) evidenciam o aumento da ineficiência no setor público por meio do distanciamento entre o planejamento e o orçamento. Tal distanciamento é ampliado em cenários em que a legislação dá margens para que gestores públicos tenham discricionariedade sobre o orçamento sem que exista concomitantemente leis efetivas de punição aos gestores. (Vecchia & Montoya, 2002).

O Brasil é um caso que se enquadra nesse perfil. Embora tenha sido aprovada em 2000 a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) objetivando melhores resultados na gestão do orçamento (Firovante, Pinheiro, & Vieira, 2006), existem evidências da abertura em excesso de créditos adicionais suplementares (CAS), créditos esses que são discricionários, de competência do Poder Executivo, e utilizados com o intuito de cobrir problemas de planejamento (Arantes, 2013).

O próprio Tribunal de Contas de São Paulo (2012, p. 10-11), por exemplo, elenca dentre suas recomendações que os gestores públicos evitem abrir créditos adicionais suplementares reiteradamente em conformidade com a Lei Orçamentária Anual - LOA, e “adverte os Municípios de que o percentual prévio autorizado pelo Legislativo para abertura de CAS seja limitado à inflação esperada para o ano seguinte” (Milanezzi, 2016).

Embora tenha essas recomendações, ainda existe um nível bastante alto de utilização dos CAS por parte dos municípios brasileiros (Vecchia & Montoya, 2002). O objetivo deste trabalho é identificar os fatores políticos, econômicos e sociais que eventualmente influenciam a eficiência da gestão orçamentária dos municípios de Rondônia.

Para tanto, a presente pesquisa analisa os dados orçamentários dos 52 municípios do

estado de Rondônia durante o período de 2011 a 2015, por meio dos índices de avaliação de eficiência de planejamento utilizado por Vecchia e Montoya (2002). Para a identificação dos fatores que influenciam a eficiência dos orçamentos serão adaptados os modelos de Revorêdo e Silva (2005) Kruger e Kronbauer (2012), Velten (2015) e Milanezi (2016) que evidenciaram dimensões econômicas, tais como, Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF), Inflação do período e PIB *per capita*, e também a dimensão política, Governabilidade, Partido de esquerda ou direita e Escolaridade do Gestor, já quanto a dimensão social, População dos municípios e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

A proposta de se analisar os fatores que explicam a eficiência da gestão dos orçamentos dos municípios é pertinente pela atualidade do tema, tendo em vista os problemas fiscais que vários estados e municípios estão enfrentando devido à falta de planejamento que represente a realidade dos Entes Estatais (Duncombe, Miner, & Ruggiero, 1997; El Mehdi & Hafner, 2014).

Outros pesquisadores buscaram identificar fatores relacionados com a aprovação ou rejeição de contas dos gestores municipais, em diferentes estados, considerando variáveis ambientais, indicadores sócio econômicos e características dos entes públicos analisados (Velten, 2015; Milanezi, 2016; Revorêdo & Silva, 2005; Lopes, Ribeiro Filho, Pederneiras, & Silva, 2008; Kruger *et al.*, 2012). A presente pesquisa se diferencia das demais, pois busca explicar a eficiência da gestão orçamentária, por meio de um conjunto de fatores econômicos, sociais e políticos que têm potencial de afetar a gestão.

A contribuição teórica deste trabalho é a ampliação da discussão sobre os elementos que caracterizam a má gestão dos recursos públicos, visando a diminuição da assimetria da informação orçamentária, contribuindo, dessa forma, para um debate mais claro acerca do planejamento. Assim como, também ampliar o conhecimento relacionado ao campo orçamentário brasileiro.

Já contribuição prática desta pesquisa é indicar os principais fatores que afetam a eficiência da gestão dos orçamentos e dar subsídios à um modelo de orçamento público eficiente, auxiliando os gestores para desenvolverem, por intermédio dos órgãos de planejamento, alternativas que visem a redução da ineficiência das ferramentas de planejamento orçamentários.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Eficiência do Setor Público

Há muito tempo, se reconhece que os governos se diferenciam na disponibilização dos serviços públicos. Alguns são extremamente gastadores e ineficientes na realização de atividades básicas, enquanto que outros atingem seus objetivos de forma sistemática e compreensível. (Adam *et al.*, 2014).

A ineficiência no setor público tem recebido atenção renovada, em todos os níveis. A importância dada em ligar planejamentos orçamentários às medidas de desempenho tem ressurgido em diversas pesquisas. (Duncombe *et al.*, 1997).

Bartel e Schneider (1991), em seus estudos elenca cinco teorias que são aplicáveis para explicar a Ineficiência do Setor Público em geral, são elas:

A economia dos direitos de propriedade (Alchian, 1965; Alchian & Demsetz, 1972);

A abordagem da X-eficiência (Leibenstein, 1966 e 1978);

A teoria econômica da burocracia (Niskanen, 1971 e 1975);

A abordagem de escolha pública na tomada de decisão coletiva (Olson, 1965; Moe, 1980; Mueller, 1980; Schneider & Frey, 1988; Buchanan & Musgrave, 1999);

A economia da empresa controlada pela União (Addison & Barnett, 1982; Kotowitz & Mathewson, 1982).

No Brasil, trabalhos realizados por Vecchi e Montoya (2002), nos municípios gaúchos, apontam que quanto maior o nível de emprego dos créditos adicionais, maior é o nível de

ineficiência da Lei Orçamentária Anual dos municípios.

Salienta-se que o princípio da eficiência se apresenta para o setor público como a constante busca por melhores resultados na administração dos recursos públicos. Trata-se eficiência como qualidade da ação administrativa, ele pode ser comparado ao princípio da boa administração. (Zago, 2006, p. 20).

Para Guzmán (2001) eficiência significa a relação de duas grandezas: a produção de um bem ou serviço e os insumos e recursos necessários para gerar esse produto. Em outras palavras, refere-se à execução de ações ou prestações de serviços à população empregando menos de recursos possíveis.

Diamond (2003) esclarece que a função de controle, usualmente trabalhada como parte da gestão financeira, é cada vez mais vista como um mecanismo para a melhoria da performance da administração pública.

Diferentemente do que acontecia no passado, quando a ênfase do controle interno era, exclusivamente, ligada ao cumprimento legal do gasto público, os novos instrumentos abarcam positivas inovações no campo do controle. É o caso da disposição que trata como uma das finalidades do controle a avaliação de resultados, segundo os conceitos de eficiência e eficácia. (Giacomoni, 2012, p. 348).

Essa procura por melhoria na performance do Setor Público obedece a Lei de Responsabilidade Fiscal, e também está em sintonia com o princípio da eficiência que visa apoiar a organização, o controle e a transparência da administração dos gastos públicos. (Zago, 2006, p. 12).

Os estudos apresentados acima reforçam a necessidade das entidades governamentais de terem gestões orçamentárias eficientes, com isso a presente pesquisa busca analisar os fatores determinantes da eficiência das gestões dos orçamentos públicos dos municípios do Estado de Rondônia.

2.2 Pesquisas Anteriores

Teorias como: A economia dos direitos de propriedade (Alchian, 1965; Alchian & Demsetz, 1972); A abordagem da X-eficiência (Leibenstein, 1966 e 1978); A teoria econômica da burocracia (Niskanen, 1971 e 1975); A teoria da escolha pública na tomada de decisão coletiva (Olson, 1965; Moe, 1980; Mueller, 1980; Schneider & Frey, 1988; Buchanan & Musgrave, 1999); A economia da empresa controlada pela União (Addison & Barnett, 1982; Kotowitz & Mathewson, 1982), têm sido utilizadas para explicar a ineficiência no setor público em geral. Contudo, essas abordagens raramente são aplicadas a atividade industrial pública em mercados competitivos com características de bens privados. Os dados resultantes da pesquisa realizada nas Industrias Públicas da Áustria indicam que o levou a ineficiência do setor público foi a inerente falta de incentivo para exercer o controle do uso eficiente dos recursos públicos e o incentivo institucional para utilizar essa falha para atingir objetivos pessoais e políticos. (Bartel & Schneider, 1991).

Investigação realizada por El Mehdi e Hafner (2014) nos municípios marroquinos procurou avaliar a eficiência em termos de autonomia financeira. Para esse fim, utilizou-se a Análise de Envoltória de Dados (DEA) e o Casco de Disposição Livre, aliadas com correções de viés. Os resultados indicam que poucos municípios são eficientes e os escores de eficiência apresentam uma relação negativa com o tamanho da população dos municípios.

Vecchia e Montoya (2002) buscaram analisar o nível de eficiência das ações de planejamento do orçamento público em dois períodos distintos, um período de inflação e um outro período de estabilização econômica. Para tal, foi analisado através de uma análise horizontal, que avaliou o desempenho entre a previsão da receita e a despesa fixada e a receita arrecadada e despesa empenha, em torno de cada ano, referente ao período de 1989 a 1997.

Revôredo e Silva (2005), por meio da sua pesquisa buscou averiguar se os julgamentos

das contas municipais dos municípios do estado do Pernambuco pela Corte de Contas no exercício financeiro de 2000 tem o enfoque pautado na legalidade ou refletem a eficiência, a eficácia, a efetividade e o resultado apresentado pelos prefeitos municipais.

O trabalho de Lopes *et al.* (2008) buscou identificar se os indicadores apresentados pela contabilidade são estatisticamente relevantes para antecipar o tipo de parecer do tribunal de contas, quanto a “rejeição” ou “aprovação de contas”. Para tanto, os autores analisaram os dados de 136 municípios do Estado de Santa Catarina do exercício de 2004.

Nesse contexto, as evidências apontam que existem possibilidades de que os indicadores produzidos pela contabilidade possam ser úteis para prever o tipo de parecer produzido pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. (Lopes *et al.*, 2008, p. 81).

O artigo de Kruger *et al.* (2012) procura demonstrar os fatores que podem explicar a ocorrência de inconformidades indicadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul nas entidades públicas municipais. Para tanto, utilizou dados dos municípios metropolitanos gaúchos, por meio dos relatórios de auditoria dos exercícios 1996/1997 (pré-LRF), 2000/2001 (implantação da LRF) e 2004/2005 (vigência da LRF). Os números apresentados pelos autores indicam que as principais irregularidades observadas pelo TCE/RS nos relatórios de auditorias, referem-se à administração de pessoal, despesas, receitas, licitações, contratos, convênios e sistemas de controle interno, totalizando 83,44% do total das inconformidades.

Velten (2015) quis retratar quais os determinantes poderiam influenciar a rejeição das contas anuais apresentadas pelos chefes do Poder Executivo ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo. Para esse fim, ela utilizou informações que mensuravam as dimensões da área da contabilidade, do caráter político, da apreciação das contas, da competição política, das características dos gestores, da gestão orçamentária e do tamanho do município.

Nessa situação os resultados indicam que quanto menor o grau de instrução do gestor municipal, maior é a probabilidade de suas contas anuais serem rejeitadas e que municípios maiores tem possibilidade maior de suas contas serem rejeitadas. Porém, a pesquisa destaca que municípios que possuem maior número de contabilistas na área da contabilidade municipal, assessoria contábil e maiores resultados orçamentários tem mais chances de serem aprovadas suas contas anuais. (Velten, 2015, p. 75).

Já Milanezi (2016) em sua pesquisa avaliou se o uso de créditos adicionais suplementares tem associação com a possibilidade de rejeição de contas do executivo municipal, pela Corte de Contas do estado do Espírito Santo. O autor através da análise do nível de utilização dos créditos adicionais suplementares associado às variáveis socio-econômicas, às características dos administradores, à gestão orçamentária, ao tamanho do município entre outras variáveis, o resultado indica que o uso de demorado de créditos adicionais suplementares não aumentam as probabilidades de rejeição das contas anuais apresentadas pelos gestores municipais no Estado do Espírito Santo.

2.3 Dimensões que Influenciam a Gestão do Orçamento

O quadro abaixo resume os determinantes da gestão orçamentária em dimensões políticas, econômicas e sociais, que são os conjuntos de fatores que tem potencial de explicar a eficiência da gestão orçamentária, dado que, de alguma forma foram objetos de pesquisas já realizadas.

Dimensão	Descrição	Fonte
Dimensão Política	Condições de Governabilidade; Partido de esquerda ou direita; Nível de Escolaridade do Gestor;	Bartel e Schneider (1991); Abrucio (2007); Kruger <i>et al.</i> (2012); Velten (2015), Milanezi (2016)
Dimensão Econômica	PIB per capita; Índice Firjan de Gestão Fiscal – IFGF; Inflação do período.	Revorêdo <i>et al.</i> (2005); Lopes <i>et al.</i> (2008); Santos e Alves (2011); Ott

		<i>et al.</i> (2011); Kruger <i>et al.</i> (2012); Velten (2015); Milanezi (2016)
Dimensão Social	População, Índice de Desenvolvimento Humano – IDH; Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM	Duncombe <i>et al.</i> (1997); Revorêdo <i>et al.</i> (2005); Ott <i>et al.</i> (2011); Kruger <i>et al.</i> (2012); Velten (2015); Milanezi (2016)

Quadro 1. Descrição das dimensões das variáveis dependentes

Fonte: Elaborado pelo autor.

2.3.1 Dimensão Política

Pesquisas realizadas por Bartel e Schneider (1991) nas empresas públicas do setor siderúrgico, químico, de máquinas e de veículos da Áustria evidenciam que o interesse político e falta de incentivo em controlar o patrimônio público levam a ineficiência do setor.

Milanezi (2016) demonstra que há correlação entre indicadores políticos e os relatórios expedidos pelo Tribunal de Contas do Espírito Santo, quanto a aprovação ou reprovação destes relatórios.

Evidências apresentadas Lopes *et al.* (2008) apontam que as métricas contábeis dos municípios podem ser utilizadas para prever o tipo de parecer produzido pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina, desta forma, é sugestivo que os municípios tenham um setor gerencial atuante que apontem para uma gestão administrativa eficiente.

Segundo Velten (2015) quanto maior o número de profissionais de contabilidade nas prefeituras, menor será a probabilidade de as contas destes municípios serem rejeitadas. No entanto, quanto ao partido político, o estudo não encontrou evidências de que o partido influencia na eficiência das políticas públicas.

Diferentemente dos achados por Kruger *et al.* (2012), que apontou que a gestão dos partidos PSB e PT possuíam menos observações nos relatórios de auditoria, o que consequentemente, teria maior probabilidade de terem suas contas aprovadas.

Quanto ao nível de escolaridade dos gestores, os resultados de Velten (2015) indicam que prefeituras em os prefeitos têm apenas o primeiro grau incompleto têm mais chances de terem suas prestações de contas rejeitadas.

O estudo apresenta como hipótese 1:

H1: Fatores políticos, como as condições de governabilidade nos municípios, afetam a eficiência da Gestão Orçamentária.

2.3.2 Dimensão Econômica

Lopes *et al.* (2008) encontraram evidências que indicadores econômicos como receitas correntes e despesas correntes se revelam como métricas que podem ser utilizadas para prever o tipo de parecer emitido pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina, pois podem repercutir o controle da gestão municipal.

Estudos de Santos e Alves (2011) indicam que existe uma relação inversamente proporcional entre o Indicador de Créditos Adicionais e o Produto Interno Bruto, o que poderia representar os obstáculos encontrados por municípios mais pobres no planejamento adequado dos recursos públicos.

Achados da pesquisa de Adam *et al.* (2013) revelam que a eficiência do setor público e a descentralização fiscal estão relacionadas em forma de “U”. Consequentemente uma maior descentralização fiscal é favorável para o fornecimento dos serviços públicos de saúde e educação. Contudo, se a descentralização aumenta muito, torna-se prejudicial a eficiência do setor.

Pesquisas realizadas por Kruger *et al.* (2012) indicam que municípios com PIB per capita maior apresentam menores números de inconformidades encontradas pelo Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul. Diante disso, deduz-se que o nível de renda afeta a politização

do cidadão, o que desperta um controle social e, e pode ensejar uma administração pública eficiente. Esses resultados apresentam correlação entre gestão econômica e as irregularidades observadas nos relatórios do Tribunal de Contas.

Velten (2015) salienta em seus estudos que uma administração onde as receitas arrecadas superam as despesas empenhadas, existe a probabilidade menor de reprovação das contas anuais dos gestores municipais perante o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

Milanezi (2016) destaca em sua pesquisa que as evidências encontradas demonstram que o nível de utilização de créditos adicionais suplementares diminui as chances de reprovações das contas anuais, do mesmo modo que o Índice Firjan de Gestão Fiscal também auxilia na diminuição da probabilidade de rejeição de contas.

A pesquisa apresenta como hipótese 2:

H2: Fatores econômicos, tais como o nível do PIB municipal e a taxa de inflação, afetam a eficiência da Gestão Orçamentária Anual.

2.3.3 Dimensão Social

Duncombe *et al.* (1997) em seus estudos indica que o tamanho do distrito está negativamente relacionado com a eficiência, contudo a formação universitária dos adultos está positivamente relacionada com a eficiência.

Ott, Kruger, Kronbauer, & Nascimento (2011) revelam que municípios com maior extensão territorial e maior população possuem mais irregularidades nas contas apresentadas ao Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul relativos ao ano de 2004, contudo, observou-se os indicadores de desenvolvimento humano não apontam como fator diferencial na qualidade da gestão pública.

Para Kruger et al. (2012) quanto maior o nível de educação da população, maior deve ser a responsabilização dos atos dos gestores, por conseguinte, o administrador é intimado a administrar com mais eficiência os recursos públicos.

Velten (2015) indica que quanto maior a população do município, maior serão as chances desses municípios de terem suas prestações de contas recusadas pela Corte de Contas. Isso, deve-se ao maior volume de recursos geridos por estes municípios, por isso estariam passíveis de maiores equívocos.

Contudo, investigação realizada nos municípios marroquinos apontam que os distritos rurais com população maiores possuem uma fraca pontuação de eficiência. Porém uma análise detalhada do procedimento poderia ser feita num contexto sócio-econômico e demográfico como a distância geográfica do centro e o nível de formação dos membros do conselho local podem explicar essas ineficiências (El Mehdi & Halfner, 2014).

Desta maneira, a pesquisa apresenta como hipótese 3:

H3: Fatores sociais e demográficos, como o índice de desenvolvimento humano e o tamanho da população municipal, influenciam a eficiência das Gestões Orçamentárias Anuais.

3 METODOLOGIA

A proposta deste trabalho foi identificar os fatores políticos, econômicos e sociais que eventualmente influenciam a eficiência da gestão orçamentária dos municípios de Rondônia.

Este trabalho utiliza um tratamento quantitativo, descritivo, longitudinal, com dados secundários. Longitudinal, pois analisa variações nos mesmos elementos amostrais ao longo dos anos de 2011 a 2015. Descritivo, por examinar as influências de elementos políticos, econômicos e sociais na eficiência da gestão orçamentária. Quantitativo, pois buscou quantificar dados adotando análises estatísticas.

A pesquisa teve como fonte de dados o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO), pois este possui os dados orçamentários de todos os municípios do estado de Rondônia. Além disso, por meio do Fundação Getúlio Vargas (FGV); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Sistema FIRJAN buscou-se dados referentes aos elementos sociais e econômicos; já nos Portais Eletrônicos de Transparência Municipais investigou-se informações relacionadas ao campo político, econômico e social.

Foram analisados dados dos 52 municípios do estado de Rondônia durante o período de 2011 a 2015. Para medir a eficiência da gestão orçamentária municipal utilizou-se a métrica usada por Vecchia e Montoya (2002), em que se analisou a discrepância entre o que foi planejado com o que foi realizado e o nível de créditos adicionais utilizados.

Para a identificação dos fatores que influenciam a eficiência das gestões orçamentárias foram adaptados os modelos de Revorêdo e Silva (2005) Kruger *et al.* (2012), Velten (2015) e Milanezi (2016), que evidenciaram dimensões econômicas, Inflação, Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) e PIB *percapita*; a dimensão política, Governabilidade, Partido de direita ou esquerda e Escolaridade do Gestor; e a dimensão social, População dos municípios e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

Para responder o objetivo da pesquisa será utilizado o modelo abaixo, o qual será estimado via painel com efeito fixo e variáveis *dummy* de tempo.

$$Gestão\ eficiente = \beta_0 + \sum_{i=1}^3 \beta_i Política_{i,t} + \sum_{i=4}^6 \beta_i Econômica_{i,t} + \sum_{i=7}^9 \beta_i Social_{i,t} + \epsilon_{i,t}$$

Em que, a variável dependente (variável Y) é o grau de eficiência da gestão do orçamento público. O questionamento de pesquisa referente à variável Y é se fatores políticos, econômicos e sociais influenciam a eficiência da gestão dos orçamentos públicos dos municípios do estado de Rondônia, tendo como hipóteses prováveis que fatores políticos, como as condições de governabilidade nos municípios, afetam a eficiência da Gestão Orçamentária (H1), que fatores econômicos, tais como o nível do PIB municipal e a taxa de inflação, afetam a eficiência da Gestão Orçamentária Anual (H2) e que fatores sociais e demográficos, como o IDH e o tamanho da população municipal, influenciam a eficiência das Gestões Orçamentárias Anuais (H3).

Quanto às variáveis independentes deste modelo, são elas: Governabilidade (X1); Partido de direita ou esquerda (X2); Nível de Escolaridade do Gestor (X3); Inflação do Período (X4); PIB per capita (X5); IFGF (X6); IDH (X7); IFDM (X8); População (X9).

3.1 Definição da Variável Dependente

3.1.1 Índices de Avaliação da Eficiência do Planejamento

No trabalho de Vecchia e Montoya (2002) utilizaram-se os seguintes parâmetros para análise da eficiência orçamentária:

Índice de divergência entre a receita estimada e a arrecadação da receita;

Índice de divergência entre a fixação da despesa e a despesa empenhada;

Nível de emprego dos créditos adicionais.

Para isso, foram construídos indicadores que em conjunto formam o que denomina se Índice de Eficiência do Planejamento Municipal.

Índice de Acerto na Estimação de Receita – IAER

$$IAER_t = RR_t / RE_t$$

Onde:

RR_t significa o montante da Receita Arrecadada no período t;

RE_t significa o montante da Receita Estimada no período t.

Fonte: Vecchia e Montoya (2002)

Este índice representa a eficiência do orçamento na área de arrecadação da Receita pública e indica o máximo de eficiência quando for igual a 1, pois representa que as estimativas estavam corretas. Além disso leva em consideração o desvio em relação a 1 que será de 0.1, por exemplo se o índice for 0.9 ou 1.1 será considerado eficiente. Porém quanto maior for a discrepância em torno de 1, mais ineficiente se apresentará o orçamento nesta área.

Índice de Acerto na Fixação da Despesa – IAFD

$$IAFD = DE_t/DF_t$$

Onde:

DE_t significa o montante da despesa empenhada no período t;

DF_t significa o montante da Despesa Fixada no período t;

Fonte: Vecchia e Montoya (2002)

Este índice traduz a eficiência do planejamento na área de estabelecimento das ações do governo e mensuração dos gastos para execução das despesas. Ele indica o máximo de eficiência quando for igual a 1. Além do mais considera o desvio em relação a 1 que será de 0.1, diante disso, se o índice for 0.9 ou 1.1 será considerado eficiente. Porém quanto maior for a discrepância em torno de 1, mais ineficiente se apresentará o orçamento nesta área. Contudo, quanto maior for a discrepância relacionada a 1, mais mal gerido será o orçamento nesta área de atuação.

Índice de Utilização de Créditos Adicionais – IUCA

$$IUCA_t = CA_t / DE_t$$

Onde:

CA_t significa o Créditos Adicionais do período t;

DE_t significa o montante da despesa empenhada no período t;

Fonte: Vecchia e Montoya (2002)

Este índice representa o quanto da Despesa realizada no período *t* foi autorizada durante a execução do orçamento.

3.2 Definição das Variáveis

No quadro abaixo será apresentado as definições das variáveis do modelo, tanto a variável dependente quanto as variáveis independentes:

Variável	Definição da Variável	Proxy	Fonte (dados)
Eficiência da Gestão Orçamentária (Y)	Discrepância entre o que foi planejado quanto a receita e despesa pública comparado com o realizado; e o Nível de emprego dos créditos adicionais.	Índice de Acerto na Estimação de Receita – IAER; Índice de Acerto na Fixação da Despesa – IAFD; Índice de Utilização de Créditos Adicionais em relação à despesa empenhada ou realizada – IUCA	Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE-RO.
Dimensão Política			
Variável	Definição da Variável	Proxy	Fonte (dados)
Governabilidade – X ₁	Capacidade do governo de implementar suas políticas através de articulação entre partidos.	Variável binária de valor 1 (um) quando possui maioria na câmara municipal e 0 (zero) quando não possui.	Tribunal Superior Eleitoral – TSE
Partido de Direita ou Esquerda – X ₂	Partido do qual o prefeito é filiado.	Variável binária (<i>dummy</i>) que assume valor 1 (um) quando o prefeito é de um partido de direita e 0 (zero) quando é de esquerda.	Tribunal Superior Eleitoral – TSE
Nível de Escolaridade do gestor – X ₃	Grau de instrução do prefeito.	Variável Dummy, 1 para prefeitos que possuem	Tribunal Superior Eleitoral – TSE

		graduação, e 0 para quem não tem graduação.	
--	--	---	--

Quadro 2. Descrição das variáveis

Fonte: Elaborado pelo autor.

Dimensão Econômica			
Variável	Definição da Variável	Proxy	Fonte (dados)
Inflação – X ₄	Índice Geral de Preços – IGP-M	Trata-se da Inflação registrada no período.	Fundação Getúlio Vargas – FGV
PIB per capita – X ₅	PIB per capita dos municípios, divulgado pelo IBGE.	Trata-se do Produto Interno Bruto per capita dos municípios rondonienses.	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
Índice Firjan de Gestão Fiscal – IFGF – X ₆	Índice de gestão fiscal é composto por cinco indicadores: Receita Própria, Gastos com Pessoal, Investimentos, Liquidez e Custo da Dívida.	A pontuação varia de zero (0) a um (1), sendo que, quanto mais próximo de 1, melhor a gestão.	Sistema FIRJAN

Fonte: Elaborado pelo autor.

Dimensão Social			
Variável	Definição da Variável	Proxy	Fonte (dados)
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM – X ₇	Medida para mensurar a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico de uma população.	A pontuação varia de zero (0) a um (1), sendo que, quanto mais próximo de 1, melhor a qualidade de vida e o desenvolvimento da economia local.	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM – X ₈	Índice de desenvolvimento municipal engloba três áreas de atuação: Emprego e renda, educação e saúde.	A pontuação varia de zero (mínimo) a 1 ponto (máximo), sendo que quanto mais próximo de 1, melhor é o desenvolvimento.	Sistema FIRJAN
População – X ₉	População do município.	É o logaritmo do número de habitantes de cada município.	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Fonte: Elaborado pelo autor.

4 ANÁLISE DOS DADOS**4.1 Estatística Descritiva**

Neste capítulo são apresentados os dados por meio da estatística descritiva da amostra, conforme tabela abaixo:

Tabela 01

Estatística descritiva da amostra

Variáveis	n	Média	D.P.	Min	.25	Mdn	.75	Max
Acerto da Receita	260	1.12	0.16	0.55	1.02	1.11	1.22	1.59
Acerto da Despesa	259	1.08	0.18	0.32	0.98	1.05	1.18	1.69
Utilização de CA	257	0.48	0.17	0.18	0.37	0.45	0.55	1.29
Governabilidade	260	0.48	0.50	0.00	0.00	0.00	1.00	1.00
Partido esq/dir	260	0.26	0.44	0.00	0.00	0.00	1.00	1.00
Nível escolaridade	260	0.33	0.47	0.00	0.00	0.00	1.00	1.00
Inflação	260	0.07	0.02	0.04	0.05	0.06	0.08	0.11
Pib per capita	209	14615.27	4344.08	8558.65	11711.08	13250.18	16532.40	35380.95
Gestão Fiscal	255	0.57	0.11	0.25	0.51	0.59	0.66	0.81
IDHM	260	0.64	0.04	0.58	0.61	0.64	0.67	0.74
Desenv. Municipal	156	0.60	0.07	0.44	0.55	0.59	0.64	0.79

População	260	32351.60	66724.25	2283.00	8836.00	15625.50	28281.50	5.00E+05
-----------	-----	----------	----------	---------	---------	----------	----------	----------

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em que,

Acerto da Receita = Índice de Acerto na Estimção de Receita. Discrepância do que foi planejado quanto a receita comparado com o arrecado.

Acerto da Despesa = Índice de Acerto na Fixação da Despesa. Discrepância do que foi planejado quanto a despesa pública comparado como realizado

Utilização de CA = Índice de Utilização de Créditos Adicionais em relação à despesa empenhada ou realizada. Nível de emprego dos créditos adicionais.

Governabilidade = Capacidade do governo de implementar suas políticas através de articulação entre partidos, com variável binária de valor 1 (um) quando possui maioria na câmara municipal e 0 (zero) quando não possui. Representada quando maioria dos vereadores eleitos são da coligação do prefeito.

Partido esq/dir. = Partido do qual o prefeito é filiado, com variável binária (*dummy*) que assume valor 1 (um) quando o prefeito é de um partido de direita e 0 (zero) quando é de esquerda. A partir de tendências ideológicas demonstrada por cada um dos partidos.

Nível escolaridade = Grau de instrução do prefeito, com variável Dummy, 1 para prefeitos que possuem graduação, e 0 para quem não tem graduação

Inflação = Índice Geral de Preços – IGP-M

Pib per capita = Logaritmo do Produto Interno Bruto do município.

Gestão Fiscal = Índice de gestão fiscal é composto por cinco indicadores: Receita Própria, Gastos com Pessoal, Investimentos, Liquidez e Custo da Dívida. A pontuação varia de zero (0) a um (1), sendo que, quanto mais próximo de 1, melhor a gestão.

IDHM = Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. A pontuação varia de zero (0) a um (1), sendo que, quanto mais próximo de 1, melhor a qualidade de vida e o desenvolvimento da economia local.

Desenv. Municipal = Índice de desenvolvimento municipal engloba três áreas de atuação: Emprego e renda, educação e saúde. A pontuação varia de zero (mínimo) a 1 ponto (máximo), sendo que quanto mais próximo de 1, melhor é o desenvolvimento.

População = Logaritmo da população do município.

Nota-se na Tabela 1 que no período de 2011 a 2015 foram levantadas 260 observações para a maioria das variáveis. Contudo a variável IFDM ainda não havia sido disponibilizado os dados para os períodos de 2014 e 2015, o que fez com que se utilizasse um número menor de observações. Diante disso, essa variável foi descartada para regressão linear para não comprometer os resultados.

Com isso, a partir da análise da Tabela 1, deduz-se que em média os municípios rondonienses utilizam 48% de créditos adicionais em relação à despesa empenhada no período, apresentando ainda o primeiro quartil com 37% e o terceiro quartil com 55%.

Os dados indicam que no período de 2011 a 2015 que o desvio padrão apresentado pela variável Partido de direita/esquerda é de 0,44. Além disso, percebe-se que o IGFM está na média de 57% de aproveitamento.

Quanto ao Índice de Acerto na Estimção da Receita que traduz o nível de eficiência na gestão orçamentária da receita pública, observa-se que nos anos pesquisados, os municípios do Estado de Rondônia em média arrecadaram 12% a mais de receita do que o planejado na Lei Orçamentária Anual, contudo existe município que arrecadou apenas 55% do estimado juntamente com município que arrecadou 59% a mais do que foi planejado.

Já quanto ao Índice de Acerto na Fixação da Despesa, que leva em consideração a fixação da despesa na Lei de orçamento comparada a quantidade de despesa empenhada no período, nota-se que os gestores acabam empenhando 8% a mais do que planejado para o exercício financeiro e que também houve município que executou apenas 32% da despesa em determinado exercício financeiro.

A tabela abaixo apresenta a matriz de correlação das variáveis aplicada ao modelo empírico da pesquisa.

Tabela 02

Matriz de Correlação das Variáveis

	Acerto da Receita	Acerto da Despesa	Utilização de CA	Governabilid ade	Partido esq/dir.	Nível escolaridade	Inflaçã o	Gestão Fiscal	IDH M	ln_populaç ão	ln_pi b
Acerto da Receita	1.000										
Acerto da Despesa	0.7765*	1.000									
Utilização de CA	0.2866*	0.1604*	1.000								
Governabilida de	-0.2284*	-0.1685*	-0.077	1.000							
Partido esq/dir.	-0.0513	-0.0133	-0.0533	-0.0075	1.000						
Nível escolaridade	-0.0406	-0.0445	-0.1340***	-0.0166	0.1397*	1.000					
Inflação	-0.1318***	-0.0741	-0.1482***	0.0428	0.0021	0.004	1.000				
							-				
							0.2441				
Gestão Fiscal	0.1833*	0.1745*	0.0611	-0.1254***	0.0978	0.1748*	*	1.000			
IDHM	-0.0707	-0.0472	-0.0688	0.079	0.064	0.2453*	0.0000	0.1349*	1.000		
									0.550		
ln_população	-0.1949*	-0.2173*	-0.0658	-0.1588***	0.3541***	0.1747*	0.0061	0.1560*	0*	1.000	
							-		0.635		
ln_pib	-0.0233	0.0081	-0.0172	0.0438	0.0004	0.3064*	0.0356	0.0398	7*	0.2646*	1.000

*significativa a 10%

** significativa a 5%

*** significativa a 1%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os dados da matriz de correlação indicam que existe uma correlação positiva significativa a 1% entre *ln_pop*, variável de população e a variável de *part_esq* que representa a variável *dummy* que informa quando o gestor é de um partido de esquerda ou não. Além disso, ainda existe uma correlação negativa significativa a 1% entre a variável *iafd*, que representa o índice de acerto na fixação de despesa com a variável *ln_pop*.

Contudo, de acordo com os dados analisados as variáveis que apresentam correlação significativa a 1%, 5% e 10% são *iaer*, que indica o índice de acerto de estimação de receita e a *iafd* que leva em consideração a despesas do período.

4.2 Resultados das Regressões

A análise dos dados foi realizada por meio do método de regressão linear em *pooled* com correção para heterocedasticidade.

Tabela 03

Regressão Linear

Variáveis dependentes Variável independente	(Y1) Acerto da Receita		(Y2) Acerto da Despesa		(Y3) Utilização de Créditos Adicionais	
	Coefficiente	Pvalor	Coefficiente	Pvalor	Coefficiente	Pvalor
Governabilidade	-0.1166513	0.000	-0.1098002	0.000	-0.0340696	0.159
Partido dir/esq	0.0221372	0.396	0.0540032	0.081	-0.0071157	0.785
Nível escolaridade	-0.104805	0.620	-0.0080819	0.741	-0.0435239	0.096
Inflação	-1.388.185	0.055	-0.8722498	0.277	-0.6943804	0.430
Gestão Fiscal	0.2444767	0.019	0.3099948	0.009	0.0663019	0.553
IDHM	0.9197786	0.028	0.9563947	0.039	-0.1204673	0.781
ln_população	-0.0628998	0.000	-0.0817668	0.000	-0.0140232	0.367
ln_pib	-0.0406568	0.414	-0.0077347	0.900	0.0346329	0.534
_cons	1.519.855	0.000	1.240.692	0.005	0.4028145	0.409

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em que,

Acerto da Receita = Índice de Acerto na Estimação de Receita. Discrepância do que foi planejado quanto a receita comparado com o arrecado.

Acerto da Despesa = Índice de Acerto na Fixação da Despesa. Discrepância do que foi planejado quanto a despesa pública comparado como realizado

Utilização de CA = Índice de Utilização de Créditos Adicionais em relação à despesa empenhada ou realizada. Nível de emprego dos créditos adicionais.

Governabilidade = Capacidade do governo de implementar suas políticas através de articulação entre partidos, com variável binária de valor 1 (um) quando possui maioria na câmara municipal e 0 (zero) quando não possui. Representada quando maioria dos vereadores eleitos são da coligação do prefeito.

Partido esq/dir. = Partido do qual o prefeito é filiado, com variável binária (*dummy*) que assume valor 1 (um) quando o prefeito é de um partido de direita e 0 (zero) quando é de esquerda. A partir de tendências ideológicas demonstrada por cada um dos partidos.

Nível escolaridade = Grau de instrução do prefeito, com variável Dummy, 1 para prefeitos que possuem graduação, e 0 para quem não tem graduação

Inflação = Índice Geral de Preços – IGP-M

Gestão Fiscal = Índice de gestão fiscal é composto por cinco indicadores: Receita Própria, Gastos com Pessoal, Investimentos, Liquidez e Custo da Dívida. A pontuação varia de zero (0) a um (1), sendo que, quanto mais próximo de 1, melhor a gestão.

IDHM = Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. A pontuação varia de zero (0) a um (1), sendo que, quanto mais próximo de 1, melhor a qualidade de vida e o desenvolvimento da economia local.

ln_população = Logaritmo natural da população do município.

ln_pib = Logaritmo natural da Produto Interno Bruto do município.

A primeira regressão analisada apresenta como variável Y1 o Índice de Acerto de Estimação de Receita e indica relevância com confiança de 95% que a variável *IFGF* – Índice Firjan de Gestão Fiscal e *IDHM* – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal influenciam positivamente a variável dependente, ou seja, quanto maior o *ifgf* e *Idhm* maior será o acerto

dos municípios relativamente a estimativa da receita pública, já \ln_pop , que é a variável que se refere a população influencia negativamente a variável, isto é, testa a hipótese de que quanto menor a população do município, maior será o nível de eficiência na estimativa da receita. Esse resultado confirma os resultados obtidos por Lopes *et al.* (2008), Kruger *et al.* (2012), Revorêdo *et al.* (2005), Velten (2015), Milanezi (2016), que apontam que fatores econômicos influenciam diretamente no tipo de relatório emitido pelos tribunais de contas referentes às prestações de contas anuais dos gestores públicos.

Da mesma forma, os resultados são consistentes com as pesquisas desenvolvidas por Duncombe *et al.* (1997), Ott *et al.* (2011), Velten (2015) que mostram que fatores sociais são estatisticamente relevantes, isto é, que municípios com maior IDHM tendem a ser geridos de forma mais eficiente.

Além do mais, com confiança de 90% os dados indicam que a variável inflação influencia negativamente a variável Índice de Acerto na Estimação da Receita, ou seja, indicam que quanto maior a inflação menor será o índice de acerto da receita. Esses dados não são consistentes com os dados apresentados por Vecchia e Montoya (2002), que mostram que em ambientes inflacionários os gestores tendem em ter um maior acerto na estimativa da receita pública.

Na mesma esteira, a variável Governabilidade, que registra se o gestor possui maioria na Câmara Municipal, sugere que a governabilidade interfere negativamente na variável Y, em outras palavras, os dados apontam, que os gestores que possuem minorias no legislativo municipal cuidam mais em acertar o planejamento orçamentário relativo a receita pública.

A segunda regressão linear computada tem como variável dependente o Índice de acerto na fixação da despesa, onde se considera o nível de despesa fixada no orçamento comparada com a despesa empenhada no período.

O principal resultado é dessa análise é que os prefeitos dos municípios do Estado de Rondônia que não possuem maioria no Poder Legislativo tendem a ter maior cuidado no planejamento da despesa pública, isso é demonstrado nos dados com confiança de 99%.

Outro destaque dessa análise apresentada pelos dados da pesquisa, é que municípios governados por partidos considerados de direita tendem a controlar melhor o orçamento público referente a despesa, isso acaba por não confirmar os dados do trabalho de Milanezi (2016), onde partido político não apresentou relevância com o nível de utilização de créditos adicionais pelos municípios capixabas.

Da mesma forma que foi apresentado na primeira regressão, os dados confirmam as pesquisas anteriores, por exemplo, Lopes *et al.* (2008), Kruger *et al.* (2012), Revorêdo *et al.* (2005), Velten (2015), Milanezi (2016), em que fatores econômicos, como *ifgf* – Índice Firjan de Gestão Fiscal, e fatores sociais como *Idhm* – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal interferem positivamente na fixação da despesa pública, ou seja, municípios que possuem melhores índices de *ifgf* tendem a possuir melhores coeficientes no nível de acerto de fixação da despesa, igualmente com municípios que possuem melhores *idhm* tendem a ter melhores controles sobre a despesa pública. Finalmente, os dados apontam que municípios com populações menores tendem a ter maior controle sobre o orçamento da despesa pública.

É importante frisar que os resultados apresentados não confirmam as pesquisas de Velten (2015) que apontavam que gestores com nível superior tendem a ser melhores administradores públicos.

Já quanto a análise da terceira regressão linear que tem como variável Y3 o Índice de utilização de créditos adicionais que leva em consideração o nível de uso de créditos adicionais comparado a despesa empenhada, os dados apontam que a variável Nível de Escolaridade possui relação negativa com o nível de utilização de créditos adicionais, melhor dizendo, prefeitos que possuem nível superior completo tendem a ter menor controle na emissão de créditos adicionais. Diante disso, os resultados não confirmam os dados apontados na pesquisa

realizada por Velten (2015), onde o pesquisador apresentou que prefeitos que possuem primeiro grau incompleto tem mais chances de terem suas prestações de contas rejeitadas pelos tribunais de contas.

5 CONCLUSÃO

A gestão orçamentária eficiente é um importante instrumento de planejamento, capaz de auxiliar as organizações a alcançar o cumprimento dos objetivos e metas preestabelecidas. O objetivo deste trabalho foi identificar os fatores políticos, econômicos e sociais que eventualmente influenciam a eficiência da gestão orçamentária dos municípios de Rondônia

O estudo baseou-se em informações sobre a receita orçamentária, a despesa orçamentária, os créditos adicionais, sobre a inflação, o Índice Firjan de Gestão Fiscal, o PIB *percapita*, sobre o partido e escolaridade do gestor, sobre a população dos municípios e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM e Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, no período de 2011 a 2015.

Os principais resultados foram que a) fatores sociais, como índice de desenvolvimento humano municipal e população, influenciam a eficiência da gestão orçamentária, e b) elementos econômicos, como inflação (negativamente) e índice firjan de gestão fiscal (positivamente), sugerem que fatores econômicos interferem no nível de eficiência da gestão do orçamento público.

Desta forma, como principal contribuição do trabalho sugere-se aos administradores públicos um aperfeiçoamento no planejamento orçamentário e por conseguinte na administração da coisa pública, com o objetivo de viabilizar o bem-estar social, proporcionando melhor transparência e orçamentos que reflitam a realidade das entidades públicas.

REFERÊNCIAS

- Abrucio, F. L. (2007). Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. *Revista Administração Pública*, 41, 67-86. Recuperado em 7 fevereiro, 2018, de <http://www.redalyc.org/pdf/2410/241016441005>.
- Adam, A., Delis, M. D., & Kammass, P. (2014). Fiscal decentralization and public sector efficiency: evidence from OECD countries. *Economics of Governance*, 14(1), 17-49. Recuperado em 7 novembro, 2017, de <https://link.springer.com/article/10.1007/s10101-013-0131-4>.
- Arantes, S. A. D. (2013). *Motivos de rejeição de prestação de contas dos municipais pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado Faculdade Novos Horizontes. Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Bartel, R., & Schneider, F. (1991). The "mess" of the public industrial production in Austria: A typical case of public sector inefficiency? *Public Choice*, 68(1), 17-40. Recuperado em 10 novembro, 2017, de <https://link.springer.com/article/10.1007/BF00173817>.
- Buchanan, J. M., & Musgrave, R. A. (1999). Public Finance and Public Choice: Two Contrasting Visions of the State. *The MIT Press Cambridge, Massachusetts London, England*.
- Diamond, J. (2003). EL papel de la auditoria interna en la gestión financeira dentro del sector público: panorama internacional. *Revista Internacional de Presupuesto Público Buenos Aires*, 31(51).
- Duncombe, W., Miner, J., & Ruggiero, J. (1997). Empirical evaluation of bureaucratic models of inefficiency. *Public Choice*, 93(1), 1-18. Recuperado em 10 novembro, 2017, de <https://link.springer.com/article/10.1023/A:1017910714756>.

- El Mehdi, R., & Hafner, C. M. (2014). Local Government Efficiency: The Case of Moroccan Municipalities. *African Development Review*, 26(1), 88-101. Recuperado em 20 novembro, 2017, de <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-8268.12066/full>.
- Giacomoni, J. (2012). *Orçamento Público* (16. ed.). São Paulo: Atlas.
- Guzmán M. (2001). Evaluación de programas e indicadores de desempeño. Transparencia y mejoramiento de los procedimientos para la discusión presupuestaria. *Digital Repository Economic Commission for Latin America and the Caribbean*. Santiago de Chile, 291-301. Recuperado em 10 novembro, 2017, de <https://www.cepal.org/cgi-bin/getprod.asp?xml=/ilpes/noticias/paginas/5/39105/P39105.xml&xsl=/ilpes/tpl/p18f.xsl&base=/tpl/blanco.xsl>.
- Kessler, L. (2004). *Planejamento Público local: o caso do município de Itapiranga* (SC). Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, SC, Brasil.
- Kruger, G. P., & Kronbauer, C. A. (2012). Análise dos fatores explicativos das inconformidades apontadas pelo TCE/RS em auditorias em executivos municipais. *ConTexto*, 12(22), 43-58. Recuperado em 20 janeiro, 2018, de <http://www.seer.ufrgs.br/ConTexto/article/view/27482>.
- Kumar, S., & Gulati, R. (2008). An Examination of Technical, Pure Technical, and Scale Efficiencies in Indian Public Sector Banks using Data Envelopment Analysis. *Eurasian Journal of Business and Economics*, 33-69. Recuperado em 20 janeiro, 2018, de <http://www.ejbe.org/EJBE2008Vol01No02p33KUMAR-GULATI.pdf>.
- Lopes, J. E. G., Ribeiro Filho, J. F., Pederneiras, M. M. M., & Silva, F. D. C. (2008). Requisitos para aprovação de prestações de contas dos municípios: aplicação de análise discriminante (AD) a partir de julgamentos do controle externo. *Revista Contabilidade Vista e Revista*, Belo Horizonte, 19(4), 59-83. Recuperado em 20 novembro, 2017. <http://www.redalyc.org/html/1970/197014583004/>
- Milanezi, A. R. (2016). *O Efeito Da Utilização De Créditos Adicionais Suplementares Na Rejeição Das Contas Anuais: Uma análise nos municípios capixabas entre 2008 e 2011*. Dissertação de Mestrado Profissional Em Ciências Contábeis, Fundação Instituto Capixaba De Pesquisas Em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), Vitória, ES, Brasil.
- Ott, E., Kruger, G. P., Kronbauer, C. A., & Nascimento, C. J. (2011). Análise de inconsistências apontadas pelo TCE/RS nas auditorias municipais: estudo do controle externo da gestão pública. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 5(12), 48-71. Recuperado em 20 novembro, 2017, de <http://www.redalyc.org/html/2352/235221531004/>.
- Revorêdo, W. C.; & Silva, C. A. T. (2005). Decisões do Tribunal de contas do estado de Pernambuco para as contas municipais: uma análise focada no reflexo de indicadores sócio-econômicos. *Anais do Congresso da USP Controladoria e Contabilidade*, São Paulo, SP, Brasil, 5.
- Ribeiro, R. J. B. (2003). Possibilidades de transformações no sistema de planejamento e orçamento no Brasil. *Anais do Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y la Administración Pública*, Panamá, 8. Recuperado em 15 novembro, 2017, de <http://siare.clad.org/fulltext/0047310.pdf>
- Rosa, M. B. (2013). *Contabilidade do Setor Público* (2. ed.). São Paulo: Atlas.
- Ruggiero, J. (1996). On the measurement of technical efficiency in the public sector. *European Journal of Operational Research*, 90(3), 553-565, Recuperado em 15 janeiro, 2018, de <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0377221794003467>.

Santos, A. J. (2001). Orçamento Público e os Municípios. Alguns conceitos de orçamento e suas repercussões na administração pública municipal. *REAd: Revista Eletrônica de Administração*, Porto Alegre, 7(4). Recuperado em 15 janeiro, 2018, de <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/19441>.

Sellers, M. P. (2003). Privatization Morphs Into Publicization': Businesses Look A Lot Like Government. *Public Administration*, 81(3), 607-620. Recuperado em 15 novembro, 2017, de <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-9299.00363/full>.

Tribunal De Contas Do Estado De São Paulo. (2012). *Manual Básico da Lei de Responsabilidade Fiscal*, São Paulo.

Tuckman, H. P. (1985). Alternative Approaches to Correcting Public Sector Inefficiency. *American Journal of Economics & Sociology*, 44(1), 55-65. Recuperado em 07 janeiro, 2018, de <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1536-7150.1985.tb01886.x/full>.

Vecchia, E. D., & Montoya, M. A. (2012). Orçamento e Planejamento Municipal: Um Estudo de Caso. *Revista de Economia Política*, 22(2), 136-155. 2002. Recuperado em 11 agosto, 2017, de <http://www.rep.org.br/pdf/86-8.pdf>.

Velten, S. R. (2015). *Determinantes da rejeição das prestações de contas anuais dos municípios capixabas pelo tribunal de contas do Estado do Espírito Santo*, Dissertação de Mestrado Profissional Em Ciências Contábeis. Fundação Instituto Capixaba De Pesquisas Em Contabilidade, Economia E Finanças (FUCAPE), Vitoria, ES, Brasil.

Zago, S. L. S. (2006). *Balanced Scorecard Como Ferramenta de Avaliação de Desempenho da Gestão do Orçamento Público: Caso Prático: Dmae*. Dissertação de Mestrado em Economia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. RS, Brasil.